



Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau

Na sequência do assassinato do Presidente Nino Vieira, a 2 de Março, realizaram-se a 28 de Junho eleições presidenciais antecipadas na Guiné-Bissau. Vinte figuras depositaram junto do Supremo Tribunal da Justiça (STJ) da Guiné-Bissau as suas candidaturas às eleições presidenciais. Dos vinte candidatos iniciais, treze eram representantes de partidos políticos, enquanto os restantes concorreram a título independente. [Pag 2/4](#)

Angola: A Caminho da Segurança Alimentar

Angola está a promover as acções no meio rural para aumentar a sua produção agrícola, reduzir a dependência externa em produtos agro-pecuários e alcançar a segurança alimentar até 2015. Nos últimos quatro anos, a produção no campo quase duplicou, passando de dez milhões de toneladas, em 2005, para as 18,8 milhões de toneladas previstas para este ano. [Pag 4/5](#)

Relatório anual do BAD

De acordo a Organização de Desenvolvimento e Cooperação Económica (OCDE), o Rendimento Nacional Bruto (RNB) africano deverá registar este ano uma quebra para menos de metade dos valores registados em 2008. Angola deverá ser dos países mais atingidos, uma vez que segundo as previsões da OCDE o PIB angolano deverá perder 23 pontos de crescimento, passando dos 15,8% registados em 2008 para menos 7,2%, previstos para o ano em curso. [Pag 5](#)

Crescente Presença da China e do Brasil em Angola e Moçambique

As boas relações entre a China e Angola reflectiram-se num aumento das trocas comerciais, as quais ascenderam a 25,3 mil milhões de dólares em 2008, o que faz de Angola o maior parceiro comercial do país asiático em África. [Pag 6/7](#)

Nova Hidroeléctrica em Moçambique

O projecto de construção da Hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa (HMNP), que será a segunda de Moçambique, vai avançar, mesmo perante a actual crise financeira internacional, afirmou a administração da nova Hidroeléctrica. [Pag 7/8](#)

Morte de Omar Bongo

O Presidente Omar Bongo do Gabão faleceu no dia 8 de Junho em Espanha vítima de doença prolongada. Bongo foi o líder africano que mais tempo permaneceu no poder, 41 anos. De acordo com a Constituição do país, a líder do senado, Rose Rogombe, uma aliada de Bongo, assumiu o cargo de Presidente interina e comprometeu-se a organizar eleições num prazo de quarenta e cinco dias. [Pag 8/9](#)

Relatório sobre a Competitividade Africana 2009

De acordo com o Fórum Económico Mundial, as principais economias africanas estão menos competitivas. Esta realidade foi demonstrada através da apresentação em Junho, na Cidade do Cabo, do Relatório sobre a Competitividade Africana 2009. [Pag 9/10](#)

XIII Cimeira da União Africana

Realizou-se entre os dias 1 e 3 de Julho, em Sirtes, na Líbia, sob a presidência do líder líbio Muammar Kadhaafi, a XIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA). O tema central da Cimeira foi a Agricultura, sendo que o lema deste encontro foi: Investir na Agricultura para Alcançar o Crescimento Económico e a Segurança Alimentar. Para além dos Estados Africanos, esta Cimeira teve como convidado especial o Brasil. [Pag 10/11](#)

As eleições no Gabão

Devido ao período de férias de alguns dos intervenientes na produção do Observatório de África, o presente número sairá com um pequeno atraso. Encontrando-nos no final do mês de Agosto, não faria sentido que este número saísse sem uma actualização sobre as eleições no Gabão que aconteceram, como atrás dissemos, ontem, dia 30 de Agosto. [Pag 12](#)

Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau

■ Luís Castelo Branco

Na sequência do assassinato do Presidente Nino Vieira, a 2 de Março, realizaram-se a 28 de Junho eleições presidenciais antecipadas na Guiné-Bissau. Vinte individualidades depositaram junto do Supremo Tribunal da Justiça (STJ) da Guiné-Bissau as suas candidaturas às eleições presidenciais. Dos vinte candidatos iniciais, treze eram representantes de partidos políticos, enquanto os restantes concorreram a título independente.

Entre os concorrentes partidários figuravam Malam Bacai Sanhá pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC, no poder), Kumba Ialá do Partido da Renovação Social (PRS, principal partido da oposição) e Aristides Gomes pelo Partido Republicano da Independência para o Desenvolvimento (PRID), a terceira força política do país.

Outros eram Francisco José Fadul, actual Presidente do Tribunal de Contas e líder do Partido Africano para o Desenvolvimento e Cidadania (PADEC), Arregado Mantenque Té do Partido Trabalhista (PT), Serifo Baldé do Partido Democrático Socialista e de Solidariedade da Guiné, Partido Jovem e Iaya Djaló do Partido Nova Democracia (PND). Cirilo Rodrigues de Oliveira do Partido Socialista (PS), Viriato Abulai Fadiá do Partido para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza (PDCP), Eusébio Sebastião Silva do Partido Democrático da Guiné (PDG), Pedro Infanda do LIPE (Partido Ecologista), João Tatis Sá do Partido Popular Guineense (PPG) e Francisca Vaz Turpin da União Patriótica Guineense (UPG) fazem igualmente parte da lista.

Esta última é a única mulher entre os concorrentes às presidenciais. Para além das candidaturas partidárias, concorreram como independentes: o antigo Presidente da República interino (2003 - 2005), Henrique Pereira Rosa, o Ministro Baciro Dabó, e os empresários Braima Djaló, Paulo Mendonça e Abdulai Djibril Sila. Figuram ainda entre os independentes o Professor Luís Nancassa e o antigo Director do Gabinete do Presidente Nino Vieira, João Cardoso.

No conjunto dos candidatos, destacaram-se três pesos pesados da política guineense, os quais tinham como traço comum o facto de já terem passado pela chefia do Estado guineense.

Malam Bacai Sanhá, figura destacada do PAIGC, histórico da luta de libertação e com um passado que o liga a quase todas as áreas do poder, foi administrador local, governador regional, parlamentar, ministro e, Presidente da República interino após o conflito de 1998.

Malam Bacai Sanhá foi o candidato mais votado na primeira volta das eleições presidenciais de 2005, as quais haveria de perder na segunda volta contra Nino Viera. Malam Bacai Sanhá foi designado candidato do PAIGC às eleições presidenciais antecipadas, num processo interno que não foi totalmente pacífico. Além de Sanhá, concorreram igualmente à designação de candidato do PAIGC cinco outras figuras, entre as quais o actual Presidente interino, Raimundo Pereira, e o ex-Primeiro-Ministro, Manuel Saturnino Costa.

Kumba Ialá, que após a conversão ao islamismo adoptou o nome de Mohamed Yalá Embali, fundador do PRS e antigo e controverso Presidente da República, eleito em 2000 e destituído em 2003.

Henrique Rosa, um independente que chefiou, também interinamente, o Estado a seguir à destituição de Kumba Ialá, em 2003.

As lutas entre facções militares, aliadas às acusações do seu envolvimento no narcotráfico, têm sido motivo de instabilidade e de conflitualidade no país. Os esforços desenvolvidos pelas autoridades nacionais no sentido de promoverem uma verdadeira reforma do sector da segurança, os quais têm contado com o apoio internacional nomeadamente da União Europeia, não têm dado os resultados desejados. Perante isto, a existência de um sector da defesa demasiado interventivo na vida política do país explica a contínua instabilidade em que a Guiné tem vivido.

Por outro lado, o sistema político guineense tem sido igualmente marcado por uma forte intervenção dos vários Presidentes eleitos, Nino Viera e Kumba Ialá, os quais agiram mais como protagonistas do que árbitros, envolvendo-se fortemente no exercício activo do poder, quase sempre limitador da acção dos outros órgãos de soberania.

Só as experiências interinas, e sempre nas pausas de regulares surtos de violência, foram capazes de criar períodos de relativa estabilidade, nomeadamente durante a presidência de Henrique Rosa, circunstância que favoreceu a sua candidatura presidencial.

Das vinte candidaturas iniciais, oito foram rejeitadas pelo Supremo Tribunal de Justiça. Uma dessas candidaturas foi a de Aristides Gomes do PRID. O STJ alegou ilegitimidade do mandatário do partido, por falta de plenos poderes, para formalizar a candidatura do presidente do PRID.

Entre os outros candidatos rejeitados, figurou também Francisco José Fadul. O STJ atribuiu a sua desqualificação ao facto de ele não ter solicitado, na apresentação da candidatura, a suspensão das suas funções de magistrado, em conformidade com a Lei Eleitoral vigente. Porém, o PADEC acabou por declarar a sua desistência definitiva, alegando que o seu estado de saúde, na sequência de espancamentos sofridos em Bissau, não lhe permitem continuar na corrida.

Os outros candidatos excluídos foram Viriato Abdulai Fadiá (Partido para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza, PDPC) e Eusébio Sebastião (Partido Democrático da Guiné, PDG). Foram também eliminados da corrida João Tatis Sá do Partido Popular Guineense (PPG), Cirilo Rodrigues de Oliveira do Partido Socialista (PS) e o empresário Abdul Djibril Sila (Independente).

A 5 de Junho, Baciro Dabó foi assassinado em sua casa, o que tornou o clima pré-eleitoral ainda mais tenso. Baciro Dabó era, até 1999, o homem forte da segurança do estado guineense, altura em Nino foi deposto pela Junta Militar de Ansumane Mané. A sua fidelidade a Nino Viera e os métodos violentos granjearam-lhe muitos inimigos, os quais estavam apenas à espera de uma oportunidade para ajustar contas. Na mesma altura foi igualmente assassinado Hélder Proença, deputado do PAIGC e antigo Ministro da Defesa. Faustino Imbali, antigo Primeiro-Ministro, foi detido por alegadamente fazer parte do grupo que estava a preparar um golpe de estado no país.

A campanha eleitoral decorreu em ambiente de alguma tensão, em que as acções de propaganda política das várias candidaturas foram menores do que em actos anteriores.

Face ao clima de instabilidade, outro candidato, Pedro Infanda desistiu da corrida presidencial. Esta desistência assim como o assassinato de Baciro Dabó aconteceram depois de impressos os boletins de voto, motivo pelo qual as suas candidaturas apareceram aos eleitores no dia da votação. De acordo com a Comissão Nacional de Eleições, eventuais votos nestes dois candidatos foram considerados votos inválidos.

A questão do tráfico de droga pairou sobre todo o processo. Segundo fontes governamentais norte-americanas, a guerrilha colombiana das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) estará envolvida com as redes de traficantes que usam a Guiné-Bissau como ponto de passagem de drogas para a Europa. Durante uma sessão no Congresso

norte-americano, responsáveis do Departamento de Estado afirmaram que as organizações traficantes querem alimentar a instabilidade política na Guiné-Bissau, de forma a melhor operarem no país, e, nesse sentido, terão estado envolvidas no assassinato do Presidente Nino Vieira, a 2 de Março.

As eleições decorreram dentro da normalidade, embora a afluência às urnas tenha sido mais baixa que o costume, fruto ou do cansaço dos eleitores ou devido ao mau tempo que se fez sentir no dia das eleições. De acordo com dados da Comissão Nacional de Eleições, num universo de 600 mil eleitores, a abstenção rondou os 40%.

As Missões de Observação Eleitoral, nomeadamente da União Africana, União Europeia, da CPLP, CEDEAO e da UEMOA, afirmaram que o processo de votação decorreu dentro da normalidade.

Quadro I
Resultados da 1ª Voltas das Presidenciais na Guiné Bissau

Candidato	Votos
Zinha Vaz Turpin	1.219
Serifo Balde	1.794
Aregado Mantenque	1.736
Malam Bacai Sanha	133.786
Henrique P. Rosa	81.751
Luís Nancassa	1.195
Mohamed Ialá Embalo	99.428
João G. Cardoso	4.115
Mamadu Iaia Djaló	10.495
Paulo Mendonça	949
Ibraima Djaló	1.489

Fonte: Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau

Os resultados ditaram a necessidade de uma segunda volta das eleições presidenciais, entre Malam Bacai Sanha e Kumba Ialá, uma vez que nenhum dos candidatos obteve mais de 50% dos votos. Malam Bacai Sanhá venceu a primeira volta das eleições presidenciais na Guiné-Bissau com 39,59% dos votos e Kumba Ialá obteve 29,42%.

Quanto aos outros candidatos, Henrique Rosa, também ele dado como um dos favoritos nestas eleições, obteve cerca de 24,19% dos votos um valor que não chegou para que passasse à segunda volta. Em quarto



e quinto lugares ficaram Ilaia Djaló e João Cardoso, antigo Chefe de Gabinete de Nino Vieira.

Malam Bacai Sanhá, cativou grande parte dos votos dos Beafadas, que é a sua etnia, e da etnia Mandinga, vencendo as eleições nas regiões de Bafatá, Gabú e Quínara. Kumba Ialá obteve a maioria dos votos da etnia Balanta, e geograficamente venceu nas zonas de influência Balanta, como Tombali e Oio. O terceiro candidato mais votado, Henrique Rosa, obteve a sua maior votação no Sector Autónomo de Bissau, a região do país com maior número eleitores, e na vizinha região de Biombo.

A segunda volta das presidenciais na Guiné-Bissau, inicialmente prevista para 2 de Agosto, foi antecipada para 26 de Julho. A Comissão Nacional de Eleições resolveu mudar o dia da votação, a fim de prevenir uma elevada abstenção. Esta segunda volta foi uma reedição das eleições presidenciais de 1999: Kumba Ialá contra Malan Bacai Sanhá; um balanta contra um beafada; PRS contra PAIGC.

Na segunda volta das eleições presidenciais, Malan Bacai Sanha venceu com 63% dos votos, contra 36% de Kumba Ialá. A tomada de posse do novo Presidente ficou agendada para 8 de Setembro, sendo que a sua prioridade será apoiar o governo do país na luta contra a pobreza.



Angola: A Caminho da Segurança Alimentar

Angola está a promover as acções no meio rural para aumentar a sua produção agrícola, reduzir a dependência externa em produtos agro-pecuários e alcançar a segurança alimentar até 2015. Nos últimos quatro anos, a produção no campo quase duplicou, passando de dez milhões de toneladas, em 2005, para as 18,8 milhões de toneladas previstas para este ano. Estes dados, fornecidos pelo Director Adjunto do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Miguel Pereira, põem o país na direcção da meta de alcançar a segurança alimentar. Miguel Pereira, sublinhou que o número de cooperativas de camponeses passou de 600 para as actuais 1.039 e estão já registadas mais de 4.500 associações agrícolas.

Miguel Pereira afirmou que o Governo fez investimentos avultados para o desenvolvimento do programa, que está a mudar a vida da população no campo e a ajudar a combater a pobreza no meio rural.

Este ano, o Governo Angolano pretende envolver 1.172.000 famílias camponesas de 127 municípios do país. Miguel Pereira diz que o número vai ser alcançado e que as metas do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR) para o ano agrícola 2008-2009 vão ser cumpridas.

Paralelamente, o Ministério do Comércio vai abrir, durante este ano, 2.440 lojas no meio rural para facilitar a comercialização dos produtos que estão a ser produzidos pelas empresas familiares. O objectivo é atingir as 13 mil lojas até 2013.

Segundo a Ministra do Comércio, Idalina Valente, as lojas são privadas, mas vão contar com incentivos do Estado, que vai participar na sua reabilitação. O projecto está enquadrado no programa de promoção do comércio rural e conta com a colaboração dos serviços de comércio nas províncias, municípios e comunas.

O Governo angolano pretende igualmente disponibilizar 350 milhões de dólares do crédito destinado ao incentivo da produção agro-pecuária e ao fortalecimento da actividade dos pequenos e médios agricultores rurais, aprovado no ano passado. Esta promessa, feita pelo Ministro angolano da Agricultura, Afonso Pedro Canga, visa o incentivo da produção agro-pecuária e ao fortalecimento da actividade dos pequenos e médios agricultores rurais. O Ministro garantiu ainda que o Governo procederá à aprovação de outros fundos para incentivo à agro-pecuária, nos próximos tempos referindo que acredita que, com a política do Governo, que visa incentivar a produção, para a criação de parcerias



Relatório anual do BAD

futuras no sector, existirão melhores condições para que os empresários agrários possam ter acesso a esses créditos. Os investimentos feitos agora terão um retorno ao fim de três anos.

Com vista a obter um consenso nacional para a promoção das políticas públicas para as comunidades rurais, o governo angolano promoveu, em Maio, uma Conferência Nacional sobre Desenvolvimento Rural, que teve como lema central "Desenvolvimento Rural Integrado - Uma Perspectiva de Bem-Estar Social".

Esta Conferência serviu para a recolha de contribuições que permitam executar acções de melhoria das condições de vida das comunidades camponesas, reduzir as assimetrias regionais e reforçar a coesão nacional.

A Conferência foi dividida em dois painéis. O primeiro teve como tema as Políticas Públicas para as Comunidades Rurais e o segundo a Diversificação da Economia e Promoção do Emprego no Meio Rural, onde foi discutido o desenvolvimento da agricultura familiar, as micro, pequenas e médias empresas, como motor de desenvolvimento e o comércio rural.

Ao autonomizar o sector do Desenvolvimento Rural, o Governo quis dar uma dinâmica maior e funcionalidade às políticas públicas viradas para o meio rural e a coordenação e integração das acções que visam a qualidade de vida das populações rurais, afirma um documento da Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Rural.

A Secretária de Estado para o Desenvolvimento Rural, Filomena Delgado, defendeu a promoção pelo Governo do desenvolvimento rural, definindo programas de trabalho para melhoria das condições de vida das comunidades e trabalhando no sentido de garantir, progressivamente, o acesso das pessoas à água potável, energia, higiene e saneamento, saúde, educação e habitação, condições essenciais para aumentar a pobreza e aumentar o nível de vida das populações rurais.

Este empenho angolano no aumento da produção alimentar foi reconhecido a nível internacional, nomeadamente pelo Director-Geral do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Jacques Diouf, o qual afirmou que o crescimento da produção agropecuária de Angola é uma dos maiores de África.

De acordo a Organização de Desenvolvimento e Cooperação Económica (OCDE), o Rendimento Nacional Bruto (RNB) africano deverá registar este ano uma quebra para menos de metade dos valores registados em 2008. Angola deverá ser dos países mais atingidos, uma vez que segundo as previsões da OCDE, o PIB angolano deverá perder 23 pontos de crescimento, passando dos 15,8% registados em 2008 para menos 7,2%, previstos para o ano em curso. Também a África do Sul, principal economia do continente, não será poupada, uma vez que o seu PIB deverá progredir 1,1% no ano em curso, contra os 3,1% registados em 2008.

Segundo a OCDE, após cinco anos de forte crescimento, a economia africana deverá conhecer uma compressão muito acentuada em 2009, devido à crise mundial que poderá afectar alguns avanços democráticos no continente.

O RNB africano deverá aumentar 2,8%, ou seja, menos de metade do registado em 2008 (5,7%), antes de uma retoma moderada em 2010 (4,5%), prevê a OCDE, considerando, no entanto, optimistas tais previsões.

A integração progressiva do continente africano na economia mundial, desde há 15 anos, aumentou a sua fragilidade face às contracções bruscas dos fluxos financeiros, refere a OCDE, evocando nomeadamente a redução das transferências de dinheiro dos trabalhadores emigrados devido à crise.

Os países africanos são também fortemente afectados pelo afundamento do comércio mundial e a desvalorização das matérias-primas (petróleo e minerais) o que diminui as suas receitas.

Tal como a OCDE, também o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), apresentou previsões pouco optimistas para a performance da economia angolana no presente ano. Segundo o relatório do BAD, intitulado "Perspectivas Económicas para África em 2009", Angola, terceira maior economia da África subsaariana, deverá ter este ano uma forte contracção, recuperando em 2010 para valores positivos, com um crescimento de 9,3%. Estes números explicam-se em grande medida pelos efeitos da actual crise internacional, que influenciou negativamente o desenvolvimento do sector petrolífero em Angola, o qual conheceu uma diminuição de rendimentos devido à queda do preço do barril.

Crescente Presença da China e do Brasil em Angola e Moçambique

As boas relações entre a China e Angola reflectiram-se num aumento das trocas comerciais, as quais ascenderam a 25,3 mil milhões de dólares em 2008, o que faz de Angola o maior parceiro comercial do país asiático em África.

De acordo com a avaliação feita pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros ao estado da cooperação com a República Popular da China, as trocas bilaterais têm registado um crescimento significativo.

Além das exportações de petróleo para a China, de quem é o maior fornecedor, Angola fornece também diamantes. O volume de exportação destes dois produtos para a China atingiu o valor aproximado de sete mil milhões de dólares entre 2004 e 2006.

No que diz respeito às importações, Angola é cliente dos alimentos, máquinas, equipamentos, aparelhos electrónicos, vestuário e calçado chineses. O volume de negócios destas importações atingiu já cerca de 1,5 mil milhões de dólares.

Paralelamente, Luanda tem em Pequim a sua mais importante fonte de financiamento para o programa de reconstrução nacional, e estima-se que as linhas de crédito abertas pela China desde 2004 ultrapassem os seis mil milhões de dólares.

Empresas chinesas têm hoje a seu cargo algumas das principais obras de reconstrução do país, como as linhas de caminho de ferro de Luanda, Benguela e Moçâmedes ou ainda o novo aeroporto de Luanda.

Para além da China, também o Brasil tem vindo a aumentar a sua presença económica e diplomática em Angola.

O factor central desse desejo de afirmação do Brasil é, tal como a China, o acesso a matérias-primas como o petróleo e o carvão, bem como a abertura de novos mercados para os seus produtos; em troca, oferecem crédito, infra-estruturas e know-how, além de ajuda ao desenvolvimento.

Por outro lado, o Brasil tem aberta uma linha de crédito de mil milhões de dólares para Angola, tendo sido um momento alto das relações económicas e comerciais entre Luanda e Brasília acontecido durante a visita do Presidente Lula da Silva à capital angolana em 2007.

Como efeito imediato do relançamento das relações comerciais entre os dois países, o mercado angolano foi inundado por produtos brasileiros, com destaque para a alimentação e vestuário, mas também para a gasolina, tubos de aço para oleodutos ou tractores, num país onde as construtoras brasileiras já desempenham um papel de relevo.

Números relativos a 2007 apontavam para trocas comerciais de 2,5 mil milhões de dólares entre os dois países. O petróleo angolano é a mais importante exportação para o Brasil, com mais de 500 milhões de dólares.

A presença de técnicos brasileiros em Angola é outro dos sinais óbvios da crescente importância das relações entre os dois maiores países lusófonos e operam em áreas tão distintas como a saúde, a educação e a comunicação social e publicidade.

Para além de Angola, também Moçambique tem despertado o interesse da China e do Brasil. A intensificação das relações entre estes dois países tem sido visível no número de visitas focais que tem havido. Depois de Lula da Silva ter visitado Maputo em Outubro passado, agora foi a vez de Armando Guebuza ter visitado, em Julho, o Brasil.

As relações entre Moçambique e o Brasil estão enquadradas por um acordo geral de cooperação bilateral, reforçado por ocasião da visita de Lula da Silva, no ano passado, registando várias adendas complementares que abrangem as áreas de cultura, indústria, agricultura e comunicação social.

A empresa brasileira Companhia Vale do Rio Doce iniciou este ano um investimento de mais de mil milhões de euros nas minas de carvão de Moatize, província de Tete, no centro de Moçambique. Antes da presença da Vale do Rio Doce nas minas de carvão de Moatize, os investimentos privados brasileiros em Moçambique não tinham grande expressão, limitando-se ao pequeno comércio de roupa e calçado.

No plano da cooperação bilateral, destaca-se o laboratório de produção de anti-retrovirais, para o HIV-SIDA, que será montado em Moçambique com o apoio técnico e financeiro do Brasil. No campo dos biocombustíveis, os dois países assinaram um acordo com vista à implantação de um Plano de Acção destinado promover a cooperação e o intercâmbio neste sector, com a participação de funcionários e



Nova Hidroeléctrica em Moçambique

especialistas governamentais, representantes dos sectores privado e do mundo académico.

Quanto ao investimento chinês em Moçambique destacam-se os mil milhões de euros que o Eximbank deverá aplicar na construção da barragem de Mpanda Nkuwa, que será a segunda maior hidroeléctrica do país, depois da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB).

Também na cooperação entre estados, a China tem-se revelado um parceiro de peso para Moçambique, financiando obras de vulto, como acontece agora com o Estádio Nacional, o Centro de Conferências Joaquim Chissano, as sedes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Assembleia da República. No ano passado, a China foi o segundo maior investidor privado em Moçambique, atrás da África do Sul.

O projecto de construção da Hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa (HMNP), que será a segunda de Moçambique, vai avançar, mesmo perante a actual crise financeira internacional, afirmou a administração da nova Hidroeléctrica.

O projecto de construção da HMNP, que será instalada 61 quilómetros a jusante da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), na província de Tete, centro de Moçambique, está orçado em dois mil milhões de dólares. Parte desse dinheiro provirá do consórcio Camargo Corrêa, do Brasil, da Electricidade de Moçambique (EDM) e Energia Capital, de Moçambique, que participam na HMNP.

Para além da construção da Barragem de Mpanda Nkuwa, Moçambique pretende igualmente apostar em novos investimentos na Barragem de Cahora Bassa, nomeadamente na construção da Central Norte da HCB, a qual poderá acrescentar 1.000 Mgw aos 2.000 que a Central Sul já produz. Por outro lado, está em estudo a construção da Barragem de Boroma.

O aumento da produção energética de Moçambique é um elemento essencial para a sua afirmação regional, dotando o seu Governo de uma forte capacidade de negociação sobre os países vizinhos pela sua condição de clientes da energia moçambicana.

A África do Sul, que já é o grande comprador da energia produzida por Moçambique, é, desde logo, um dos países da região mais interessados neste aumento da capacidade de produção eléctrica em Moçambique. As suas políticas sociais de fornecimento de energia às populações mais pobres, que não foram acompanhadas por investimentos na produção, levaram a que o país tenha esgotado a sua auto-suficiência energética, o que apenas deveria ter acontecido em 2010. O plano sul-africano de construir centrais térmicas e nucleares para enfrentar este défice, ainda demorará alguns anos em surtir efeito.

A concretização da nova barragem é vista como sendo um contributo valioso face ao défice de energia com que se debate a região Austral de África, onde, inclusive, a prossecução de diversos projectos industriais está condicionada à disponibilidade da obtenção de electricidade.





Sobre os alertas lançados por organizações de defesa do ambiente, para o perigo de uma catástrofe no caso de mais uma hidroelétrica no Vale do Zambeze, o geólogo português António Gomes Coelho afirmou que esse risco é uma das preocupações críticas da pré-avaliação do impacto ambiental ainda em curso, e deverá ser tomada em conta no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Os resultados do estudo de pré-viabilidade ambiental para a construção da barragem hidroelétrica de Mpanda Nkuwa, a jusante de Cahora Bassa, em Tete, deverão ser entregues ao Governo até finais de Agosto deste ano.

A avaliação está a ser realizada desde Março pelo consórcio constituído pelas empresas Impacto e COBA, moçambicana e portuguesa, respectivamente, e deverá apurar a existência ou não de questões fatais à implementação da obra e apresentar recomendações sobre aspectos a ter em consideração na fase seguinte, nomeadamente estudos de impacto ambiental e de engenharia.

Para dar lugar ao projecto de construção da Hidroelétrica de Mpanda Nkuwa, calcula-se que, pelo menos, 260 famílias, o equivalente a 1.400 pessoas, terão de ser transferidas. A maior parte destas famílias encontram-se a residir em áreas identificadas para serem ocupadas pela albufeira, que, de acordo com estudos preliminares, corresponderá a cerca de cinco por cento da de Cahora Bassa.

A sua construção deverá arrancar em 2011, com a duração prevista de quatro anos e meio, daí que se acredita que em meados de 2015 a barragem esteja pronta para produzir energia eléctrica.



Morte de Omar Bongo

O Presidente Omar Bongo do Gabão faleceu no dia 8 de Junho em Espanha vítima de doença prolongada. Bongo foi o líder africano que mais tempo permaneceu no poder, 41 anos. De acordo com a Constituição do país, a líder do senado, Rose Rogombe, uma aliada de Bongo, assumiu o cargo de Presidente interina e comprometeu-se a organizar eleições num prazo de quarenta e cinco dias. Apesar do prazo constitucionalmente previsto para a realização das eleições presidenciais, a oposição solicitou o seu adiamento por alguns meses de modo a ter tempo para se preparar.

El Hadj Omar Bongo Ondimba, nasceu em 1935 com o nome de Albert-Bernard Bongo. Em 1973 converteu-se ao Islão, adoptando o nome pelo qual viria a ser conhecido. Em 2003 acrescentou Ondimba ao seu apelido.

O Presidente Omar Bongo começou a sua carreira, tal como muitos líderes da era pós-colonial, no exército. Mas não foi através do poder militar que ele conquistou o poder. Depois da independência tornou-se o braço direito do então Presidente Leon M'ba e quando este morreu em 1967, Bongo foi o substituto óbvio.

Após subir ao poder, Bongo conseguiu mantê-lo através da conjugação de um conjunto de factores, nomeadamente, o apoio francês, o qual através de uma base militar lhe garantia a sua segurança e os recursos provenientes da exploração petrolífera.

Depois de um período de partido único, Bongo introduziu as eleições multipartidárias em 1993, as quais venceu. Todos os actos eleitorais realizados no país foram sempre marcados por alegações de fraude, as quais, segundo a oposição, permitiram a Bongo a permanecer no poder.

Mas os críticos argumentam que o seu poder não era apenas mantido com dinheiro mas também através da violência. Na década de setenta, vários membros da oposição foram mortos.

Embora o Gabão seja um dos países mais ricos de África, a maior parte das pessoas vivem na pobreza. Bongo tinha fama de ser dono de uma enorme fortuna, utilizando a riqueza proveniente do petróleo do seu



Relatório sobre a Competitividade Africana 2009

país para comprar uma série de propriedades em França.

Na altura da sua morte, decorriam investigações por parte da justiça francesa sobre indícios de corrupção feitas contra Bongo, acabando por serem congeladas as suas contas bancárias em França. No fim da vida, o Presidente gabonês sentiu-se traído pela França, optando por receber tratamento médico em Espanha, onde viria a falecer.

O seu provável sucessor é o seu filho, e actual Ministro da Defesa, Ali-Ben Bongo. No entanto, mesmo dentro do seu partido, o Partido Democrático Gabonês (PDG), o seu nome não era consensual, tendo surgido outros quatro nomes, entre eles o do Primeiro-Ministro Jean Eyeghe Ndong, a concorrerem para a nomeação de candidato oficial do PDG às eleições presidenciais. Após um intenso debate interno, Ali Ben Bongo conseguiu obter a nomeação oficial do seu partido.

Porém, depois de um longo mandato personificado na pessoa de Omar Bongo, é provável que o Gabão possa vir a viver momentos conturbados. Esta situação assemelha-se à vivida na Costa do Marfim após a morte de Félix Houphouët-Boigny. No Gabão o poder era gerido através de uma política de gestão de vários grupos que eram dependentes de Omar Bongo, o seu desaparecimento poderá alterar este equilíbrio de poderes fazendo com que se entre num período de instabilidade.

Até à realização das eleições presidenciais, as quais terão lugar a 30 de Agosto, a Presidência ficou assegurada interinamente pela Presidente do Senado do Gabão, Rose Francine Ragombé, cuja principal tarefa será a organização das eleições.



De acordo com o Fórum Económico Mundial, as principais economias africanas estão menos competitivas. Esta realidade foi demonstrada através da apresentação em Junho, na Cidade do Cabo, do Relatório sobre a Competitividade Africana 2009¹.

Todas as principais economias africanas, nomeadamente a África do Sul, Marrocos, a Tunísia e o Egipto desceram lugares no ranking mundial da competitividade. Em termos de classificação da competitividade das economias africanas, a Tunísia mantém o primeiro lugar de 2007, seguida pela África do Sul que iguala também o resultado do ano anterior. Em terceiro lugar surge o Botswana que sobe um lugar em relação a 2007. Este país continua a surpreender pela positiva devido à gestão eficaz que tem feito dos seus recursos, oriundos, nomeadamente, da produção diamantífera e do turismo. Outro caso de sucesso é a Gâmbia, país que subiu quinze lugares no ranking.

Quadro I
Ranking de Competitividade das Economias Africanas

País	Ranking em 2008	Ranking em 2007
Tunísia	1	1
África do Sul	2	2
Botswana	3	4
Marrocos	4	3
Namíbia	5	8
Egipto	6	5
Gâmbia	7	12
Líbia	8	7
Quénia	9	10

Fonte: Relatório sobre a Competitividade Africana 2009

No que diz respeito aos países africanos de língua portuguesa, o relatório apenas contempla Moçambique, o qual caiu dois lugares a nível global, ocupando o 26º em termos africanos. A economia moçambicana apresenta a seu favor a solidez do sistema financeiro e respeito pela propriedade privada. Do lado negativo são apontadas falhas derivadas da fraqueza das infra-estruturas e problemas associados à corrupção. Apesar deste cenário pouco optimista, há, segundo o Banco Mundial, algumas oportunidades para o continente africano que devem ser exploradas, nomeadamente no sector da agricultura. Esta oportunidade deriva do interesse que investidores estrangeiros têm demonstrado

¹ Africa Competitiveness Report 2009
<http://www.weforum.org/documents/AFCR09/index.html>



nas potencialidades agrícolas do continente, quer para a produção de alimentos, quer para a produção de biocombustíveis. Do lado negativo surgem o acesso limitado aos serviços financeiros e a falta de infra-estruturas como os grandes obstáculos a uma maior competitividade por parte das economias africanas. No entanto, alguns países africanos como a África do Sul, Argélia, Nigéria e Egipto, estão mais bem preparados para saírem da crise devido à competitividade das suas economias e sistemas financeiros mais fortes.

Antes da actual crise, o continente africano conheceu fortes taxas de crescimento económico. Entre 2001 e 2008 a taxa de crescimento do Rendimento Nacional Bruto (RNB) do continente foi de 5.9%. Paralelamente registou-se um aumento significativo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE). O modo como o continente resistir à actual crise será determinante para a recuperação dos níveis de crescimento anteriores e a criação de condições para voltar a atrair o IDE.

Durante o Fórum Económico Mundial, a Fundação Schwab premiou os melhores empreendedores sociais em África. O Prémio Empreendedor Social é uma iniciativa da Fundação Schwab, organização sem fins lucrativos sediada em Genebra, na Suíça, que foi criada em 1988 por Klaus Schwab – mentor do Fórum Económico Mundial.

Numa cerimónia onde estiveram presentes o Presidente sul-africano Jacob Zuma, o antigo secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan e o Director-Geral do Banco Mundial, Ngozi Okonjo-Iweala, foram apresentados os três projectos premiados, os quais se destacaram por serem iniciativas desenvolvidas por organizações que, sendo uma fusão de modelos com e sem fins lucrativos, enfatizam a sustentabilidade a longo prazo em detrimento da de curto prazo.

Na edição deste ano foram premiados² o queniano David Kuria, especialista em recursos hídricos e CEO da Ecotact Limited, uma empresa de desenvolvimento ambiental com projectos de saneamento sustentável; Mitchel Besser e Gene Falk que, em 2000, criaram na África do Sul o projecto mothers2mothers, com vista ao desenvolvimento de estratégias inovadoras para reduzir a transmissão do vírus HIV de mãe para filho e que conta já com representações no Quénia, Lesoto, Malawi, Ruanda, Suazilândia e na Zâmbia; e, por último, o sul-africano Patrick Schofield, pela sua empresa de artesanato que emprega actualmente mais de 100 antigos desempregados e que se caracteriza pelas técnicas inovadoras que utiliza na criação de novas peças e também o sistema de gestão e de distribuição que instituiu.

XIII Cimeira da União Africana

Realizou-se entre os dias 1 e 3 de Julho, em Sirtes, na Líbia, sob a presidência do líder líbio Muammar Kadhafi, a XIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA). O tema central da Cimeira foi a Agricultura, sendo que o lema deste encontro foi: Investir na Agricultura para Alcançar o Crescimento Económico e a Segurança Alimentar. Para além dos Estados Africanos, esta Cimeira teve como convidado especial o Brasil. Outro convidado foi o Presidente iraniano. Porém, a participação de Mahmoud Ahmadinejad, que alguns líderes receavam ofuscar a agenda da Cimeira, foi cancelada sem qualquer justificação, embora uma possível explicação tenha a ver com a instabilidade no seu país na sequência das eleições presidenciais.

Os países lusófonos estiveram representados ao mais alto nível na XIII Cimeira da União Africana (UA), para além dos países africanos, esteve presente o Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado.

O Presidente brasileiro participou nesta Cimeira de Sirtes como convidado de honra pela atenção que o seu Governo tem dado ao continente. Na sua intervenção, Lula da Silva reafirmou o compromisso do seu governo de continuar a colaborar com os países africanos nas mais diversas áreas, mas com especial incidência na agricultura, energias renováveis e saúde (HIV).

Esta Cimeira, contou igualmente com a presença do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, e o da Liga dos Estados Árabes, Amr Moussa.

Para além das questões relativas ao desenvolvimento agrícola do Continente, vários outros assuntos foram abordados durante esta Cimeira. Sob proposta da Presidência da UA, foi aprovado o Plano Estratégico de 2009-2012 e apreciados os relatórios da Comissão e do Conselho Executivo, bem como do Conselho de Paz e Segurança da organização. Entre estes relatórios, destacaram-se os sobre "As Modalidades de Transformação da Comissão da UA em Autoridade da União Africana", "A paz e do Conselho de Segurança relativo às suas actividades" e do "Estado de paz e Segurança em África".

A Cimeira, analisou igualmente o relatório do Painel dos Sábios sobre o Reforço do papel da UA na prevenção, gestão e resolução de eleições – relacionadas com disputas e conflitos violentos em África. Outras

² Outstanding Regional Social Entrepreneurs – Africa 2009 Winners.
http://www.weforum.org/pdf/schwabfound/seoy/RegionalWinners_SocialEntrepreneurs_Africa2009.pdf



questões analisadas foram os relatórios dos Presidentes do Comité de Execução dos Chefes de Estado e de Governo da NEPAD, da Comissão dos Doze sobre as Reformas da ONU e da Comissão sobre a nova Bandeira da União Africana.

Os relatórios sobre o “abuso do Princípio da Jurisdição Universal e a implementação da “Decisão sobre o caso Hissene Habré” (ex-chefe de Estado do Chade) e o da Comissão dos Estados Africanos Partes dos Estatutos de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional (TPI) foram igualmente apreciados. Esta questão não foi pacífica, uma vez que os países africanos não estão de acordo com as práticas recentes do TPI que tem acusado líderes africanos, entre os quais Omar Al-Bashir do Sudão.

Esta posição de contestação às decisões do TPI, já tinha sido assumida pelos Ministros africanos dos Negócios Estrangeiros, que estiveram reunidos um dia antes do início da Cimeira de Sirtes. Nessa reunião, os dirigentes africanos lançaram um ultimato de um ano à jurisdição do TPI para adiar as acusações de crimes de guerra contra o Presidente sudanês Omar al-Bashir, sob pena dos países africanos se retirarem do TPI.

Constaram ainda da agenda da Cimeira, propostas de alguns Estados membros sobre a Proclamação de 2010 como o Ano internacional da Juventude (Tunísia), a Criação do Conselho Africano de Defesa (Líbia), a Adesão da Comissão da União Africana à Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (Chade) e a criação da Agência Africana de Protecção das Águas Territoriais e Económicas dos Países Africanos (Líbia).

A questão da criação dos Estados Unidos de África voltou a ser abordada nesta Cimeira, sem que houvesse uma concordância sobre o modo como se deverá avançar. O relatório sobre as modalidades de transformação da Comissão da União Africana em Autoridade governamental do Continente, que tinha sido encomendado em Janeiro na Cimeira de Addis Abeba, foi remetido à apreciação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, devido à persistência de divergência entre os membros do Conselho Executivo da organização.

A procura de uma solução consensual motivou um encontro em Abril, em Trípoli, com o objectivo de se fazer um estudo aprofundado e emitir

propostas para a sua adopção pelos Chefes de Estado e de Governo. Nesse encontro, Angola e outros países da África Austral defenderam a sua posição gradualista. Embora todos os membros da União Africana, estejam de acordo de, a prazo, se criar uma associação com convergência económica e até política, existem profundas divergências como se deverá alcançar este objectivo. Na reunião de Trípoli ficou decidido que o órgão a criar (a Autoridade da UA, em substituição da Comissão da UA), deverá ter um carácter estritamente intergovernamental e não com poderes governamentais supranacionais.

A questão da criação dos Estados Unidos de África, com um Governo continental, foi colocada pela primeira vez na cimeira de Acra (Gana) em 2007, por iniciativa da Líbia. Na conferência seguinte, realizada em 2008 no Egipto, os Chefes de Estado e de Governo da UA decidiram criar o Comité dos Doze, encarregue de elaborar estudos sobre a criação do Governo de África.

Desde então, surgiram duas correntes: uma gradualista, que defende a institucionalização progressiva do Governo da União através do reforço e consolidação das comunidades económicas regionais, esta é a posição de Angola e do resto da SADC, e uma outra posição imediatista, que defende a criação imediata dos Estados Unidos da África, posição liderada pela Líbia.

Na Cimeira de Sirtes ficou decidida a criação da Alta Autoridade da UA, em substituição da Comissão, a qual terá poderes para se pronunciar em nome do Continente em negociações internacionais. Esta nova estrutura, embora aparentemente pareça ter mais poderes, continuará muito dependente da vontade dos estados membros, uma vez que necessitará de um mandato destes para poder actuar. Na prática, a Alta Autoridade vai encarregar-se da coordenação e não da implementação unilateral de políticas.

Ao nível dos conflitos que se registam no Continente, a Somália mereceu especial atenção por parte da Cimeira. A crise na Somália, marcada por uma intensificação dos combates entre o movimento fundamentalista islâmico, Al Shabab e o governo de transição, levou a que o Comissário da União Africana para a Paz e Segurança, Ramtane Lamamra, manifestou a esperança de que esta Cimeira pudesse resultar num acordo para o envio de mais forças militares da União Africana para a Somália.

As eleições no Gabão

Devido ao período de férias de alguns dos intervenientes na produção do Observatório de África, o presente número sairá com um pequeno atraso. Encontrando-nos no final do mês de Agosto, não faria sentido que este número saísse sem uma actualização sobre as eleições no Gabão que aconteceram, como atrás dissemos, ontem, dia 30 de Agosto.

Três candidatos clamam vitória nas eleições presidenciais, num momento em que prossegue ainda a contagem de votos.

O escrutínio que decorreu sem incidentes deverá indicar o nome do sucessor do chefe de Estado Omar Bongo.

Como antecipámos, o filho do presidente, Ali Bongo, do Partido Democrático gabonês, afirma ter recolhido a maioria dos votos em todo o território.

Este anúncio é contestado pelos outros dois candidatos favoritos na corrida para a presidência: o André Mba Obame, antigo ministro do interior, que diz que foi o candidato mais votado nas 4 províncias mais populosas do Gabão e que concentram 62% do eleitorado.

Pierre Mamboundou, da União do povo gabonês, opositor histórico de André Mba Obame, também reclama como sua a vitória, sem contudo avançar quaisquer números.

Prevê-se que os resultados definitivos sejam anunciados na quarta-feira, dia 2 de Setembro, altura em que o Observatório de África nº 19 já estará impresso.

Depois de 40 anos de regime de Omar Bongo, em que 60% da população vive abaixo do limiar da pobreza, apesar do Gabão ser o quarto maior exportador de petróleo do continente africano, os gaboneses exigem uma melhor partilha da riqueza proveniente dos recursos naturais do país.

Analistas e observadores internacionais receiam que o confronto eleitoral possa agudizar as tensões entre os apoiantes do governo e os da oposição.



FUNDAÇÃO
PORTUGAL
ÁFRICA

OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05